



**UFAL**  
maisviva



inclusão  
expansão  
inovação

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**

**CAMPUS ARAPIRACA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO – BACHARELADO EM  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

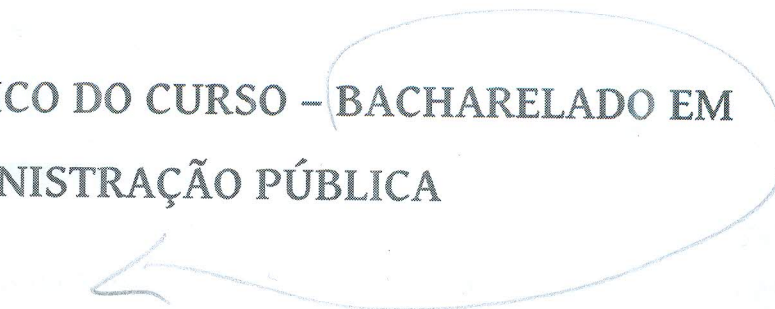
Arapiraca, AL

2010

IDENTIFICAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

CAMPUS ARAPIRACA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO – BACHARELADO EM  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em  
Administração Pública elaborado com o objetivo da sua  
oferta pela Universidade Federal de Alagoas - *Campus*  
Arapiraca, no contexto da sua política de expansão.

Arapiraca, AL

2010



## IDENTIFICAÇÃO

**INSTITUIÇÃO:** Universidade Federal de Alagoas

**LOCAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO:** Campus Arapiraca

**NOME DO CURSO:** Administração Pública

**TÍTULO OFERTADO:** Bacharel

**DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO E/OU RECONHECIMENTO:**

**TURNO DE FUNCIONAMENTO:** Noturno

**CARGA HORÁRIA TOTAL:** 3.480 horas

**CARGA HORÁRIA MÍNIMA E MÁXIMA:**

**MÍNIMA:** 380 horas/Semestre

**MÁXIMA:** 400 horas/Semestre

**DURAÇÃO DO CURSO:**

**MÍNIMO:** 8 semestres

**MÁXIMO:** 12 semestres

**NÚMERO DE VAGAS:** 40 vagas/ano (40 por período)

**CAMPO DE ATUAÇÃO:** A concepção do Curso de Bacharelado em Administração Pública está voltada para a formação de egressos capacitados para a atuação, de forma eficiente e eficaz, no contexto da gestão pública, utilizando a ética, para contribuir para o desenvolvimento das organizações governamentais e não governamentais, de forma a que as mesmas possam atender às necessidades e ao desenvolvimento da sociedade.

### EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PARA O CAMPUS ARAPIRACA:

Prof. Dr. Anderson Dantas (UFAL - Maceió)

Prof. MSC Carlos Everaldo Silva da Costa (UFAL - Campus Arapiraca)

Prof. MSC Gilson Cunha Albuquerque (UFAL - Campus Arapiraca)

Prof. MSC João Martins Tude (UFAL - Campus Arapiraca)

Profa. Dr. Maria Aparecida da Silva (UFAL - Campus Arapiraca)

Profa. MSC Milka Alves Correia Barbosa

Profa. MSC Patricia Diniz

Profa. MSC Simone Nunes (UFAL - Campus Arapiraca)



## SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	5
2. Introdução/justificativa.....	7
2.1 O Ensino de Administração no Brasil.....	7
2.2 Análise do Macro Ambiente.....	7
2.3 Análise do Micro ambiente.....	9
2.4 Perfil do Egresso.....	11
2.5 Habilidades/Competências/Atitudes.....	11
2.6 Habilitações/Ênfases.....	13
2.7 Conteúdos/Matriz Curricular.....	13
3. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA.....	17
3.1 Quadro Resumo de Distribuição de Carga Horária.....	17
3.2 Quadro Resumo de Conteúdos por Área: Administração Geral ou Pública.....	18
4. ORDENAMENTO CURRICULAR.....	20
4.1 Estrutura do Curso.....	20
5. ORGANIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS POR SEMESTRE.....	22
6. ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	30
7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC.....	31
8. ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	32
9. AVALIAÇÃO.....	33
9.1 Sistema de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.....	34



9.2. Sistema de avaliação do processo de ensino e aprendizagem.....	36
9.3 Instrumentos complementares de avaliação.....	37
9.4 Instrumento de avaliação do professor e do processo de ensino-aprendizagem.....	38
9.5 Instrumento de avaliação institucional.....	38
10. ANEXOS.....	39

## 2. INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

### 2.1. O ensino da administração no Brasil

Foi através da criação do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 1938, que começou a história do ensino de Administração no Brasil. Porém, a FGV só consolida, efetivamente, a parte de ensino em 1952, com a criação da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), no Rio de Janeiro. Logo em seguida, a FGV cria a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), em 1954, voltada para o mundo empresarial. Paralelamente a isso, nasce em 1934 a Universidade de São Paulo (USP) que veio a criar em 1946 a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEAC).

Assim, observa-se que os cursos foram criados num primeiro momento para a formação de administradores especialistas em administração pública e, posteriormente, para a formação de especialistas para o setor produtivo. Dentro desse raciocínio, a demanda da sociedade é quem tem conduzido muitos dos projetos pedagógicos dos diversos cursos existentes atualmente no ensino de administração.

Importante se faz dizer que o surgimento dos cursos de administração está totalmente ligado ao cenário político-econômico da época. Por serem São Paulo e Rio de Janeiro os grandes centros de decisão política e de poder econômico, se constituíram ambiente propício para o nascimento dos cursos de administração.

### 2.2. Análise do macro ambiente

O ensino de graduação em administração pública está novamente se valorizando. Essa perspectiva resulta da conjuntura do Estado e estimula-se com os projetos de reforma administrativa além do crescimento do setor público não-estatal (COELHO, 2008).

Desde os anos oitenta com a crise da dívida, de intervenção estatal juntamente com a redemocratização no país, a Constituição de 1988, e, principalmente, a partir dos anos noventa com a agenda de reforma do Estado, a gestão pública no Brasil está em transformação; quer seja na dimensão do ajuste/equilíbrio fiscal, na desregulamentação de setores, na privatização e nas parcerias público-privadas; ou ainda com as inovações gerenciais, a descentralização de políticas e recursos, a valorização do cidadão-usuário.



Todos esses fatos, somados a demanda por transparência, *accountability* e participação social, têm provocado reorganizações nas relações entre Estado e sociedade, enfraquecendo a centralização governamental e reforçando a governança e o controle social.

Em 1995 o cadastro da SESU/MEC registrava treze cursos de graduação em administração pública no Brasil; em 2006 totalizam-se 93 cursos superiores de administração pública, conforme dados do Instituto Nacional de Estudos Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Certamente, essa expansão foi propiciada pelo macro ambiente favorável à gestão pública, ensejando-a como campo profissional e como campo teórico no bojo das transformações do Estado brasileiro.

No setor público-estatal, o mercado de trabalho para o administrador público movimenta-se com os concursos para carreiras estratégicas de gestão governamental e de políticas públicas. No setor público não-estatal, o boom institucional e a diversificação de objetivos fazem com que novas organizações da sociedade civil desponham enquanto as já existentes modificam seu padrão de atuação (COELHO, 2008). Assim, o mercado de trabalho para administradores públicos encontra-se aquecido.

Ademais, nos últimos anos, o governo federal, através de suas novas políticas de ciência e tecnologia, vem incentivando e apoiando pesquisas que contemplem uma aproximação entre universidade, organizações públicas e sociedade. Exemplo destas políticas é a criação dos Fundos Setoriais que direcionam recursos para áreas de pesquisas específicas com o objetivo de alavancar a capacidade tecnológica das organizações e propiciar às universidades o desenvolvimento de pesquisas que tenham aplicação na sociedade em geral.

Essas novas realidades requerem novas formas de ação, por isso o curso de graduação em Administração Pública do *Campus Arapiraca* insere-se neste contexto, procurando contribuir para a profissionalização da gestão pública em Alagoas.

### 2.3. Análise do micro ambiente

O Estado de Alagoas, a exemplo do Brasil, mergulhado em constantes crises econômicas e administrativas, também necessita adequar-se a essas novas realidades. Por ser um Estado pequeno, com base funcional no serviço público, de poucos negócios e de administração tradicionalmente familiar, onde a gestão essencialmente profissional ainda é objeto de especulações, há um crescimento distante das reais necessidades da sua sociedade, principalmente pela falta de foco no ensino sobre gestão pública. Percebe-se um crescimento desproporcional entre a oferta e a demanda do social local. A população está crescendo, assim como as ofertas de vagas para as organizações públicas. Sem um adequado gerenciamento e a



criação de um novo horizonte para o setor público, as organizações alagoanas não conseguirão atender as necessidades sociais.

Por outro lado, o governo federal, partindo de um cenário onde as organizações públicas geram um grande número de empregos no país, há a necessidade de se criar um perfil de gestor público. O movimento de economia solidária, gestão social, criação de incubadoras e parques tecnológicos, gestão financeira e de projetos há a necessidade de desenvolver esse perfil de gestor público eficiente nas novas gerações de profissionais que são colocados para atender as demandas sociais.

Arapiraca, distante a 128 Km de Maceió, é o segundo Município em termos populacionais e em termos econômicos no Estado de Alagoas. Tendo em vista sua importância dentro de inúmeros aspectos para o Estado, sua escolha para ser a sede do *Campus* do Agreste, no projeto de interiorização da Universidade Federal de Alagoas, é amplamente fundamentada.

Neste cenário, nasce o *Campus* Arapiraca, da Universidade Federal de Alagoas, através do processo de expansão das Universidades públicas federais, que tem como missão o de promover o desenvolvimento local, com a introdução de conhecimentos, técnicas e capacitação para a população em sua área de abrangência, tornando-se um instrumento na promoção das mudanças sócio-econômicas da região do Agreste Alagoano.

Diante de tal configuração, a Universidade Federal de Alagoas percebe a existência de demanda social para oferta de um Curso em Administração Pública, com foco em Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas; Instituições, Inter-organizações e Gestão, em função das organizações públicas existentes na região. A cidade de Arapiraca é um centro escolhido para ofertar essa graduação em Administração Pública, por ser logisticamente aproximada dos demais municípios do agreste alagoano.

Dentro deste contexto, nascerá o Curso de Administração Pública da Universidade Federal de Alagoas em 2011 – na modalidade presencial, dando seqüência a implantação do *Campus* Arapiraca e demais pólos iniciada no segundo semestre do ano de 2006, aprovados pela Resolução nº 20/2005 – CEPE/UFAL, de 01 de agosto de 2005, concluindo assim, a primeira etapa do processo de interiorização da UFAL. Portanto, o Curso de Administração Pública na modalidade presencial em Arapiraca sinaliza uma ampliação da oferta de cursos pelo *Campus* Arapiraca, atendendo a demanda do REUNI.

Por estar convencida da sua contribuição para o desenvolvimento local do Estado, a Universidade Federal de Alagoas vem, através deste projeto, apresentar a configuração política pedagógica para o novo Curso de Administração Pública da UFAL, sediado neste Município. O



presente documento, não é, simplesmente, a articulação de uma série de itens contendo meios e modos adotados por uma instituição de Ensino para implementar um processo educacional, mas que seus elementos constituintes devem expressar conceitos e práticas capazes de garantir a educação de um profissional.

#### 2.4. Perfil do Egresso

O curso de Administração Pública da UFAL está organizado visando formação de profissionais com perfil aderente àquele demandado pelas organizações públicas contemporâneas, permitindo, por meio de disciplinas obrigatórias, linha de formação específica, seminários temáticos, estágio supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso, a formação de competências que prepare o egresso às contingências da gestão pública.

As organizações públicas modernas buscam o administrador generalista e integrado, notadamente um agente de mudanças, que gere novos conhecimentos e caminhos para o aprimoramento e desenvolvimento socioeconômico, político, técnico e cultural da realidade em que se encontra inserido. Um profissional detentor de amplo portfólio de conhecimento, consciente da contínua necessidade de aprimoramento da Administração Pública e atualização das interfaces entre esta e outras áreas relacionadas.

Neste sentido, a seguir serão apontadas as habilidades, competências e atitudes que serão trabalhadas no transcorrer do curso e que contemplarão o perfil do egresso ora delineado.

#### 2.5. Habilidades/Competências/Atitudes

Para atender às expectativas da sociedade emergente, o curso Bacharelado em Administração Pública formará profissionais de competência sólida e moderna, com condições plenas de atuação eficiente e eficaz, preocupados com a relevância social do produto de seus trabalhos, apresentando habilidades para pró-atividade e criatividade; raciocínio lógico, crítico e analítico; visão sistêmica e estratégica para negociações, tomada de decisão, liderança e trabalhos em equipe.

O egresso do curso de Administração Pública estará apto a:

- i. Atuar e desenvolver atividades específicas de gestão nas organizações públicas e participar da



elaboração, do planejamento, da coordenação e do controle de políticas públicas;

ii. Compreender de forma sistêmica o meio social, político, econômico e cultural onde está inserido e assim tomar decisões em um contexto diversificado e interdependente da área pública, promovendo o estreitamento das relações entre Governo e Sociedade Civil;

iii. Empreender e promover transformações de forma interdisciplinar, compreendendo a necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança, participando da modernização e inovação das estruturas e funcionamento do Serviço Público;

iv. Expressar-se e comunicar-se com clareza e assertividade;

v. Promover com determinação e vontade política e administrativa a educação continuada de servidores públicos;

vi. Liderar processos de mudança das desigualdades e de exclusão econômica e social;

vii. Adequar os recursos financeiros, físicos e tecnológicos visando o bem-estar coletivo e promover processos democráticos participativos no âmbito estatal que possibilite a iniciativa e o desenvolvimento pleno das pessoas;

viii. Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações nos processos organizacionais, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;

ix. Refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção de serviços públicos, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;

ix. Desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle em diferentes contextos organizacionais e sociais;

xi. Elaborar, implementar e consolidar projetos, realizar consultoria e auditoria, elaborar pareceres e perícias administrativas em organizações públicas.

## 2.6. Habilitações/Ênfases

A concepção do Curso de Bacharelado em Administração Pública está voltada para a formação de egressos capazes de atuarem de forma eficiente e eficaz no contexto da gestão pública, à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos e desenvolvimento das organizações governamentais e não governamentais, de forma a possibilitá-las atender às



necessidades e ao desenvolvimento da sociedade.

Para tal, o curso contempla sólida formação nas teorias administrativas, enfatiza o desenvolvimento de competências necessárias ao bom desempenho profissional do gestor público, capacitado a planejar, organizar, dirigir e controlar a ação e as políticas públicas nas diversas esferas de governo.

Buscando oportunizar a formação de profissionais para atuarem como gestores em áreas específicas da administração pública, o curso oferece duas Linhas de Formação Específica (LFE), a saber:

- Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas
- Instituições, Inter-organizações e Gestão

### 2.7. Conteúdos/Matriz Curricular

A estrutura curricular do curso contempla disciplinas cujos conteúdos revelam as inter-relações das dimensões da realidade público-privado e das esferas federal, estadual e municipal, numa perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações públicas e do meio, utilizando tecnologias inovadoras assim como atendendo aos seguintes campos interligados de formação, conforme especificado nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os Cursos de Administração:

i. *Conteúdos de Formação Básica* - relacionados com estudos sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas, através das disciplinas: Sociedade, Natureza e Desenvolvimento; Produção do Conhecimento: Ciência e Não Ciência; Instituições de Direito Público e Privado; Lógica, Informação e Comunicação; Economia e Administração Política na Sociedade Contemporânea; Metodologia da Pesquisa em Administração Pública; Sistema de Informação Gerencial, Microeconomia, Macroeconomia; Informação Contábil para a Gestão; Seminário Integrador I e II; Economia Brasileira.

ii. *Conteúdos de Formação Profissional* - relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, suprimentos e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento, por meio das disciplinas: Teorias da Administração; Comportamento Organizacional; Sociedade Moderna, Estado e Racionalidade; Teorias da Administração Pública; Contabilidade Pública; Auditoria e



Controladoria; Elaboração e Gestão de Projetos; Legislação Tributária; Direito Administrativo; Políticas Públicas e Sociais; Planejamento e Programação na Administração Pública; Governança na Administração Pública; Processos Organizacionais; Processo Decisório em Organização Pública; Finanças Públicas e Orçamento; Gestão de Pessoas no Setor Público; Logística e Suprimentos na Área pública; Comunicação nas Organizações Públicas; Estratégias de Desenvolvimento Sociais de Territórios; Gestão de Informação nas Organizações Públicas; Marcos Regulatórios.

iii. *Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias*: abrangendo pesquisa operacional, matemática, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração, contemplados nas disciplinas: Matemática e Estatística para Gestão; Matemática Financeira e Análise de Investimento, Estatística Avançada para Gestão, além de conteúdos transversais apresentados em outras disciplinas.

iv. *Conteúdos de Formação Complementar*: estudos de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando, contemplados nos seminários temáticos e atividades complementares .

As disciplinas eletivas integrarão um dos Conteúdos de Formação descritos acima, de acordo com as respectivas ementas, descrita no anexo 1.

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

i. Nortear a concepção, a criação e a produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma que contemplem e integrem os tipos de saberes, hoje reconhecidos como essenciais às sociedades do Século XXI: os fundamentos teóricos e os princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, as práticas e os fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;

ii. Promover permanente instrumentalização dos recursos humanos envolvidos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o desenvolvimento do pensamento autônomo, da curiosidade e da criatividade;

iii. Selecionar temas e conteúdos que reflitam, prioritariamente, os contextos das realidades vividas pelos estudantes, nos diferentes espaços de trabalho e também nas esferas local e regional;

iv. Adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários;

v. Nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e



revalorize a avaliação enquanto informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o fim de resolvê-los.

vi. Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas, baseadas nos aspectos: técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

A formação e o perfil do administrador público serão expressos através de duas dimensões:

- epistemológica: que diz respeito à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas ao currículo da Administração Pública;
- profissionalizante: que, implicando a primeira, diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador público e a construção de competências para atuação em todas suas relações sócio-político, culturais e nas perspectivas da moral e da ética.

O projeto pedagógico do curso procura valorizar a formação de atitudes de reflexão, de busca de inovações, de prospecção e criação de caminhos próprios que possam suprir as necessidades da gestão pública e permitir a atuação nos processos operacionais e decisórios sob a égide do conhecimento, da ética, da cidadania e da humanidade.

O desenvolvimento dos aspectos estruturais do curso de Administração Pública, sua vocação e organização caracterizam-se pelos seguintes elementos compositivos:

i. Transversalidade – Os conteúdos sempre que vinculados a outras disciplinas, serão estudados de forma integrada, perpassados por questões ligadas aos aspectos éticos, de transparência, de inovação e de sustentabilidade. Isso possibilitará aos autores dos textos didáticos e aos estudantes a construção holística de determinado tema.

ii. Atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino – envolvendo discentes em práticas de pesquisa e extensão, com o objetivo de despertar neles atitudes de investigação, de reflexão, de análise crítica e de prospecção de soluções inovadoras, assim como propiciando vivências administrativas inseridas nos setores produtivos e de serviços.

Dentre as atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino estão os seminários temáticos e o Estágio Supervisionado, ambos possibilitam o desenvolvimento de pesquisas, articulando atividades acadêmicas com as necessidades do Estado e da sociedade, inserindo o discente em atividades reais de administração pública, aprimorando assim a sua formação profissional.



iii. Trabalho de Conclusão de Curso - TCC – que pode ser de caráter científico (relatório de iniciação científica, artigo científico publicado em periódico ou congresso científico) ou estudo aplicado (relatório de resultados de intervenção ou relato de resultados de projeto de extensão) desenvolvida pelo acadêmico, com foco nos conteúdos de gestão pública, estudados no curso. No TCC, o estudante deverá demonstrar significativo domínio do conteúdo programático do curso, dos procedimentos metodológicos da pesquisa e das normas técnicas de elaboração de trabalhos acadêmicos. As normas complementares referentes ao TCC serão regulamentadas pelo Colegiado do Curso.

### 3. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

#### 3.1. Quadro de resumo de distribuição da carga horária

Conteúdos	Créditos	Carga Horária	%
Disciplinas Obrigatórias			
Conteúdos de Formação Básica (FB)	52	1040	
Conteúdos de Formação Profissional (FP)	69	1380	
Conteúdos de Formação Complementar (FC) – linhas de formação	12	240	
Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias (EQT)	12	240	
Conteúdos das Disciplinas Eletivas	06	120	
Estágio Supervisionado (em formato de pesquisa e apresentação do Seminário Temático)	15	300	
Atividades Complementares	08	160	
<b>Carga Horária Total do Curso</b>	<b>174</b>	<b>3480</b>	



Outra forma de apresentar a distribuição da carga horária do curso recai sobre a ótica da administração geral ou pública, de acordo com o conteúdo e aplicações conferidos a cada disciplina.

O quadro a seguir sintetiza esta distribuição.

### 3.2. Quadro Resumo de Conteúdos por Área: Administração Geral ou Pública

As disciplinas que integram a matriz curricular do Curso de Bacharelado em Administração Pública da UFAL estão especificadas na tabela a seguir:

Conteúdos por Área	Créditos	Carga Horária	%
Administração Geral	70	1.400	40,23
Administração Pública	63	1.260	36,21
Disciplinas Eletivas	06	120	3,34
Estágio Supervisionado	15	300	8,62
Atividades Complementares	08	160	4,60
Atividade Complementares (linhas de formação)	12	240	6,90
<b>Total do Curso</b>	<b>174</b>	<b>3480</b>	<b>100,00</b>

## 4. ORDENAMENTO CURRICULAR

### 4.1. Estrutura do curso

A estrutura e conteúdo curricular com as bibliografias do Curso de Administração, contempla uma oferta semestral de disciplinas, organizadas mediante a seguinte configuração geral:



1. Tronco Inicial: Será desenvolvido o tronco comum de todos os cursos do projeto da interiorização da UFAL. O aluno terá uma visão geral sobre ciência, mundo e suas realidades, conhecimento científico e ferramentas lógicas para lidar com o conhecimento na era da informação. O Seminário Integrador I procura interligar as áreas de conhecimento.

2. Tronco Intermediário: Esse semestre representa o tronco intermediário para os cursos relacionados com o eixo gerencial do Campus Arapiraca e demais pólos. O aluno terá uma visão integradora de disciplinas que fundamentarão o seu conhecimento sobre economia, administração e contabilidade, bem como técnicas quantitativas para raciocínio lógico. O Seminário Integrador II procura interligar as áreas de conhecimento do eixo gerencial.

3. Início do Tronco Profissional: A partir do 3º período do curso, as disciplinas ofertadas começam a dar o enfoque profissional às diferentes áreas de atuação do administrador público. Os semestres apresentam as seguintes características:

**3º Semestre**: O aluno inicia o módulo específico no curso de Administração. As disciplinas ofertadas apresentam ao aluno conteúdos da administração, economia, direito e contabilidade que pautarão toda a formação do administrador pública.

**4º Semestre**: Nesse semestre os alunos terão disciplinas de conteúdo que versam sobre comportamento organizacional, teorias da administração pública, aspectos burocráticos da organização pública, e as específicas sobre contabilidade e direito na esfera pública.

**5º Semestre**: A característica desse semestre é o de introduzir o aluno nos conceitos teóricos e em algumas ferramentas gerenciais para gestão de organizações públicas.

**6º Semestre**: Aprofundamento dos aspectos profissionalizantes do aluno, com ênfase em processos organizacionais internos e sua interface com o macro contexto externo da administração pública.

**7º Semestre**: Um módulo profissionalizante caracterizado pela preocupação com o desenvolvimento social e, planejamento e acompanhamento na administração pública. Iniciada a oferta de disciplinas eletivas.

**8º Semestre**: Nesse último semestre, a gestão da comunicação e da informação é trabalhada, quer seja voltada para elaboração de projetos, para acompanhamento da gestão, ou para atender aos marcos regulatórios do setor em que a organização pública está inserida.



## 5. ORGANIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS POR SEMESTRE

1º SEMESTRE					
CÓD.	DISCIPLINA	C. H.	CRED	NATUREZA	TRONCO
TRIN001	Sociedade, Natureza e Desenvolvimento: relações locais e globais	120 ✓	06	Obrig.	Tronco inicial
TRIN002	Produção do Conhecimento: ciência e não ciência	120 ✓	06	Obrig.	Tronco inicial
TRIN003	Lógica, Informática e Comunicação	120 ✓	06	Obrig.	Tronco inicial
TRIN004	Seminário Integrador I	40 ✓	02	Obrig.	Tronco inicial
	TOTAL	400	20		

2º SEMESTRE					
CÓD.	DISCIPLINA	C. H.	CRED	NATUREZA	TRONCO
GEST006	Economia e Administração Política na Sociedade Contemporânea	120 ✓	06	Obrig.	Intermediário
GEST007	Sistemas de Informação Gerencial	60 ✓	03	Obrig.	Intermediário
GEST008	Informação Contábil para Gestão	60 ✓	03	Obrig.	Intermediário
GEST009	Matemática e Estatística Aplicada a Gestão	120 ✓	06	Obrig.	Intermediário
GEST005	Seminário Integrador II	40 ✓	02	Obrig.	Intermediário
		400	20		

3º SEMESTRE					
CÓD.	DISCIPLINA	C. H.	CRED	NATUREZA	TRONCO
ADPA001	Contabilidade Pública	60 ✓	03	Obrig.	Profissionalizante
ADPA002	Microeconomia	60 ✓	03	Obrig.	Profissionalizante
ADPA003	Teorias da Administração	60 ✓	03	Obrig.	Profissionalizante
ADPA004	Estatística Avançada para Gestão	60 ✓	03	Obrig.	Profissionalizante
ADPA005	Instituições de Direito Público e Privado	60 ✓	03	Obrig.	Profissionalizante

Obs: Quando forem ofertadas as eletivas, de acordo com o período ofertado, deverão ser feitas equivalências com eletiva I, II e III. Em 11/03/2013 Márcia Bolívar



ADPA 007	Seminário Temático I	40 /	02	Obrig.	Profissionalizante
ADPA 006	Metodologia da Pesquisa e do Estudo em Administração	60 /	03	Obrig.	Profissionalizante
		400	20		

Inserir  
↓  
elementos.

4º SEMESTRE					
CÓD.	DISCIPLINA	C. H.	CRED	NATUREZA	TRONCO
ADPA 009	Auditoria e Controladoria	60 /	03	Obrig.	Profissionalizante
ADPA 010	Direito Administrativo	60 /	03	Obrig.	Profissionalizante
ADPA 011	Sociedade Moderna, Estado e Racionalidade	60 /	03	Obrig.	Profissionalizante
ADPA 012	Macroeconomia	60 /	03	Obrig.	Profissionalizante
ADPA 013	Comportamento Organizacional	60 /	03	Obrig.	Profissionalizante
ADPA 014	Teorias da Administração Pública	60 /	03	Obrig.	Profissionalizante
ADPA 015	Seminário Temático II	40 /	02	Obrig.	Profissionalizante
		400	20		

Do 4º ao 8º, inseridas em 30/01/2003. Marici

5º SEMESTRE					
CÓD.	DISCIPLINA	C. H.	CRED	NATUREZA	TRONCO
ADPA 016	Economia Brasileira	60 /	03	Obrig.	Profissionalizante
ADPA 017	Gestão de Pessoas no Setor Público	120 /	06	Obrig.	Profissionalizante
ADPA 018	Legislação Tributária	60 /	03	Obrig.	Profissionalizante
ADPA 019	Matemática Financeira e Análise de Investimento	60 /	03	Obrig.	Profissionalizante
ADPA 020	Processos Organizacionais	60 /	03	Obrig.	Profissionalizante
ADPA 021	Seminário Temático III	40 /	02	Obrig.	Profissionalizante
		400	20		



6º SEMESTRE					
CÓD.	DISCIPLINA	C. H.	CRED	NATUREZA	TRONCO
ADPA 022	Políticas Públicas e Sociais	60 /	03	Obrig.	Profissionalizante
ADPA 023	Logística e Suprimentos na área pública	60 /	03	Obrig.	Profissionalizante
ADPA 024	Planejamento e Programação na Administração Pública	60 /	03	Obrig.	Profissionalizante
ADPA 025	Processo Decisório em Organização Pública *	60 /	03	Obrig.	Profissionalizante
ADPA 026	Eletiva I	40 /	02	Obrig.	Profissionalizante
ADPA 027	Seminário Temático IV	40 /	02	Obrig.	Profissionalizante
		320	16		

7º SEMESTRE					
CÓD.	DISCIPLINA	C. H.	CRED	NATUREZA	TRONCO
ADPA 028	Estratégias de Desenvolvimento Sociais de Territórios	60 /	03	Obrig.	Profissionalizante
ADPA 029	Finanças Públicas e Orçamento	120 /	06	Obrig.	Profissionalizante
ADPA 030	Governança na Administração Pública	60 /	03	Obrig.	Profissionalizante
ADPA 031	ELETIVA II	40 /	02	Obrig.	Profissionalizante
ADPA 032	Seminário Temático V	40 /	02	Obrig.	Profissionalizante
		320	16		

8º SEMESTRE					
CÓD.	DISCIPLINA	C. H.	CRED	NATUREZA	TRONCO
ADPA 033	Comunicação nas Organizações Públicas	60 /	03	Obrig.	Profissionalizante
ADPA 034	Marcos Regulatórios	60 /	03	Obrig.	Profissionalizante
ADPA 035	Gestão de Informação nas Organizações Públicas	60 /	03	Obrig.	Profissionalizante



ADPA036	Elaboração e Gestão de Projetos	60 /	03	Obrig.	Profissionalizante
ADPA037	ELETIVA III	40 /	02	Obrig.	Profissionalizante
ADPA38	Seminário Temático VI	40 /	02		
		320	16		

## 6. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio curricular é regulamento na Universidade Federal de Alagoas pela Resolução nº 71/2006-COSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006, que se fundamenta na Lei nº 6.494, de 07/12/1977 e regulamentada pelos Decretos nº 87.497, de 1808/1982 e 89.467, de 21/03/1984 e Resolução nº 4, de 02 de fevereiro de 2006, art. 8.

No art. 3º - O estágio curricular tem como objetivo o desenvolvimento de competências-conhecimentos teórico-conceituais, habilidades e atitudes - em situações de aprendizagem. Conduzidas no ambiente profissional, sob a responsabilidade da Universidade e da Instituição Concedente.

No Art. 2º - O estágio curricular de caráter formativo, que pode ser obrigatório ou não obrigatório, constitui parte dos processos de aprendizagem teórico-prática que integram os Projetos Pedagógicos dos Cursos, sendo inerente à formação acadêmico-profissional.

O Colegiado do Curso de Administração recomenda, portanto, adotar uma carga horária mínima de 300 horas para o estágio supervisionado. Por recomendação do Conselho Federal de Administração, a carga horária do estágio supervisionado do curso deverá corresponder a 10% da carga horária total do curso.

As modalidades de estágio aceitas pelo Colegiado do Curso de Administração Pública são:

- Execução de diagnóstico, intervenção e solução de problemas ligados à área profissionalizante da administração pública, para alunos que trabalham (devidamente comprovados), dentro do seu próprio trabalho, em uma das linhas de formação do curso;
- Execução de diagnóstico, intervenção e solução de problemas ligados à área profissionalizante da administração pública, para alunos que não trabalham, atuando em organizações públicas e com a respectiva autorização da Coordenação de Estágio e da organização onde ocorrerá a atividade, dentro de uma das linhas de formação do curso;
- Execução de diagnóstico, intervenção e solução de problemas ligados à área



profissionalizante da administração pública realizado durante o decorrer do curso, por intermédio da operacionalização em seminários temáticos em uma das linhas de formação do curso;

- Participação em atividades de iniciação científica, ensino, extensão, consultoria em organizações pública governamental, não governamentais ou prestadora de serviços a instituições públicas, inseridas em projetos de extensão ou projetos de pesquisas cadastradas junto à UFAL (PROEX, PROPEP, PROGRAD).

## 7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso é regulamentado pela Resolução nº 4, de 2 de fevereiro de 2006, no Art. 10. O trabalho de curso é componente curricular obrigatório, a ser realizado ao longo do último ano do curso, centrado em determinada área teórico-prática ou de formação profissional, como atividade de síntese e integração de conhecimento e consolidação das técnicas de pesquisa.

A Resolução nº 25/2005 do CEPE, de 26 de outubro de 2005, no Art. 18, reza o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório em todos os Projetos Pedagógicos dos Cursos da UFAL, assumindo a seguinte conformação:



- I - O TCC não se constitui como disciplina, não tendo, portanto, carga horária fixa semanal, sendo sua carga horária total prevista no PPC e computada para integralização do Curso.
- II - A matrícula no TCC se dará automaticamente a partir do 5º período para sua elaboração, não tendo número limitado de vagas, nem sendo necessária a realização de sua matrícula específica no Sistema Acadêmico.
- III - A avaliação do TCC será realizada através de 01 (uma) única nota, dada após a entrega do trabalho definitivo, sendo considerada a nota mínima 7,0 (sete), nas condições previstas no PPC.
- IV - Caso o aluno não consiga entregar o TCC até o final do semestre letivo em que cumprir todas as exigências da matriz curricular, deverá realizar matrícula - vínculo no início de cada semestre letivo subsequente, até a entrega do TCC ou quando atingir o prazo máximo para a integralização de seu curso, quando então o mesmo será desligado.

A carga horária prevista para o TCC no curso de administração pública é de 60. O TCC será elaborado por até 02 alunos, e poderá ser formatado nas seguintes categorias:

- ✓ Relatório de Iniciação Científica - para alunos envolvidos com projeto de iniciação científica por no mínimo 06 meses, desde que não utilizados cumulativamente com a parte flexível do curso;
- ✓ Artigo científico com temática de Administração Pública, publicado em anais ou periódicos



com classificação *Qualis* na área de Administração a partir do 5º período;

✓   Relatórios de Extensão – para alunos que estiveram envolvidos em projetos de extensão diretamente ligados as áreas de administração pública, desde que não utilizado cumulativamente com a parte flexível do curso.

## 8. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

São consideradas atividades complementares aquelas que enriquecem o currículo do aluno e ajudam na aquisição de suas competências e habilidades. Neste projeto são aceitas as seguintes atividades, relacionadas com o curso de administração pública:

- Atividades voluntárias desenvolvidas com organizações públicas, governamentais e não governamentais;
- Monitorias;
- Participação com bolsa ou voluntária em projetos de iniciação científica;
- Estágios curriculares não-obrigatórios;
- Participação em projetos de extensão;
- Viagens de estudos;
- Palestras;
- Seminários, oficinas ou fóruns;
- Apresentação e participação em Seminários temáticos no eixo de formação;
- Disciplinas oferecidas por outras instituições públicas e/ou unidades acadêmicas públicas não contempladas no currículo do curso, mas correlacionadas ao eixo de formação;
- Participação em atividades de iniciação científica, ensino, extensão, consultoria em organizações pública governamental, não governamentais ou prestadora de serviços a instituições públicas, inseridas em projetos de extensão ou projetos de pesquisas cadastradas junto à UFAL (PROEX, PROPEP, PROGRAD).

O aluno deverá cursar, pelo menos, duas das atividades complementares desde o



início do curso. Assim, será evitada a acumulação no final do curso. Muito mais do que isso, a integralização da parte flexível por semestre permitirá ao aluno vivenciar desde já a universidade através de um ritmo diferenciado daquele que só é vivido em sala de aula.

## 9. AVALIAÇÃO

### 9.1. Sistema de avaliação do projeto pedagógico do curso

*Avaliação de aprendizagem?*

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, Art. 1. Fica instituído o Sistema Nacional de Educação Superior - SINAES, com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art. 9, VI, VIII e XI, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 2. O SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar:

I - avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;

II - o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliados;

III - o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;

IV - a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações.

Art. 4. A avaliação dos cursos de graduação tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica.

De acordo com a estrutura do Manual de Avaliação Institucional do INEP, os aspectos a serem avaliados estão organizados em níveis hierárquicos, a saber: dimensões, categorias de análise, indicadores. As dimensões compreendem três amplos níveis, que são: Organização Institucional, corpo docente e instalações. As categorias das análises estão organizadas em três níveis que compreendem:

1 - Organização Institucional

a - Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI

b - Projeto Pedagógico dos Cursos e Articulação das Atividades Acadêmicas.

c - Avaliação Institucional (auto-avaliação).

2 - Corpo Docente



- a - Formação acadêmica e profissional
  - b - Condições de trabalho.
  - c - Desempenho acadêmico e profissional
- 3 - Instalações
- a - Instalações gerais
  - b - Biblioteca
  - c - Laboratórios e instalações especiais

Art. 5 A Avaliação do desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

§ 2º O ENADE será aplicado periodicamente a todos alunos dos cursos de graduação, conforme legislação definida pelo MEC.

Art. 8 A realização da avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes será responsabilidade do INEP.

Art. 9 O Ministério da Educação tornará público e disponível o resultado da avaliação das instituições de ensino superior e de seus cursos.

A Avaliação Institucional é uma ferramenta de auxílio à administração das instituições educacionais que buscam a melhoria da qualidade de ensino. Partindo-se desse pressuposto a Universidade Federal de Alagoas em seu Estatuto, no capítulo III, no Art. 35 - a fim de preservar e aperfeiçoar continuamente os padrões de qualidade acadêmica, a universidade mantém seu Programa de Avaliação Institucional, com os seguintes princípios:

I - a avaliação é processual, formativa, permanente, global, conduzida de forma ética, útil, viável, precisa, transparente, respeitando a pluralidade de concepções, métodos e processos de trabalho acadêmico;

II - a avaliação é conhecida como um processo de autoconhecimento e de prestação de contas permanente à comunidade, referenciada na missão e no plano institucional.

### **9.2. Sistema de avaliação do processo ensino-aprendizagem**

O conceito de avaliação da aprendizagem que tradicionalmente tem como alvo o julgamento e a classificação do aluno. Neste sentido restrito, a avaliação da aprendizagem é o procedimento docente que atribui símbolos a fenômenos, geralmente com referencia algum padrão de natureza social, cultural ou científica.



O Processo de Avaliação de Aprendizagem na Universidade Federal de Alagoas esta regulamentado pelo Estatuto, conforme Portaria nº 4.067, de 29 de dezembro de 2003, no capítulo III, no Art. 35, no Parágrafo único - O Regimento Geral disporá sobre as formas de avaliação. O Regimento Geral da UFAL, seção III, Art. 41, que foi regulamentado pela Resolução nº 25/2005 - CEPE, de 26 de outubro de 2005, no Art. 11 definem que a se dará nas seguintes modalidades:

a) Avaliação bimestral (AB) - A nota de cada bimestre AB será o resultado de mais de um instrumento de avaliação, envolvendo provas escritas e/ou práticas, além de outras opções como: provas orais, seminários, resumos, "papers", resenhas, etc. a critério do professor. Em cada bimestre, o aluno que tiver perdido um ou mais dos instrumentos de avaliação previstos terá sua nota na AB específica através da média calculada do total dos pontos obtidos pelo número de avaliações programadas e efetivada pela disciplina; b) Reavaliação - Em cada disciplina, o aluno que alcançar nota inferior a 7,0 (sete) em uma das duas AB's terá direito, no final do semestre letivo, de ser reavaliado naquela em que obteve a menor pontuação, prevalecendo, neste caso a nota da Reavaliação; c) nota final das avaliações bimestrais - Será a média aritmética, apurada até centésimos, das notas obtidas nas 2 (duas) AB's. Será considerado APROVADO, livre da Prova Final (PF), o aluno que alcançar NF igual ou superior a 7,00 (sete); e, estará automaticamente REPROVADO o aluno cuja NF for inferior a 5,00 (cinco) e d) prova final - O aluno que obtiver NF igual ou superior a 5,00 (cinco) e inferior a 7,00 (sete) prestará Prova Final.

### 9.3. Instrumentos complementares de avaliação

Objetivando verificar como o projeto pedagógico vem contribuindo no processo de formação do aluno, o acompanhamento de alguns pontos é extremamente fundamental. Entre estes pontos, destacam-se:

- Índice de retenção dos alunos;
- Tempo de inserção do aluno no mercado;
- Desvio funcional do aluno;
- Mesas redondas anuais com alunos, professores e representantes da sociedade;
- Número de projetos de extensão registrados na Unidade Administrativa;



- Número de pesquisas registradas na Unidade Administrativa;
- Número de alunos envolvidos em projeto de pesquisa e em projeto de extensão;
- Tempo médio de permanência do aluno no curso.

#### 9.4. Instrumento de avaliação do professor e do processo ensino-aprendizagem

- Pelos alunos da disciplina através de instrumento específico;
- Pelo provão anual realizado pela coordenação do curso;
- Pelo número de faltas do professor a atividades pedagógicas e administrativas;
- Pelo acompanhamento do seu plano de aula e o preenchimento do seu boletim;
- Pelo cumprimento do calendário acadêmico;
- Pelo plano de trabalho anual desenvolvido pelo professor no início do ano.

#### 9.5. Instrumento de avaliação Institucional

- Formação profissional do corpo docente;
- Condições de trabalho;
- Atuação e desempenho acadêmico e profissional;
- Instalações gerais;
- Biblioteca;
- Instalações e laboratórios específicos.

## 10. ANEXOS

### 1º PERÍODO

#### Sociedade, Natureza e Desenvolvimento: Relações Locais e Globais

**Ementa:** Reflexão crítica sobre a realidade, tendo como base o conhecimento do mundo a partir de um contexto local e sua inserção global, através de abordagem interdisciplinar sobre



sociedade, seu funcionamento, reprodução, manifestações diversas e suas relações com a cultura, economia, política e natureza.

### **Bibliografia Básica**

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

LIRA, F. Alagoas: formação da riqueza e da pobreza. Maceió: Edufal, 2008.

SORJ, B. A nova sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SANTOS, L. G. Politizar as novas tecnologias. Editora 34, 2003.

### **Bibliografia Complementar**

DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Annablume/Hucitec, USP, 2002.

GONÇALVES, C. W. Paixão da Terra: ensaios críticos de ecologia e geografia. Rio de Janeiro: Pesquisadores associados em Ciências Sociais, 1984.

RIBEIRO, D. O povo brasileiro. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI - desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

### **Produção do Conhecimento: Ciência e Não-Ciência**

**Ementa:** Instrução e discussão sobre ciência e seus instrumentos, procedimentos e métodos científicos, mas também sobre expressões do conhecimento tradicional, populares e locais, para o reconhecimento de um diálogo de saberes e a internalização de novos paradigmas.

### **Bibliografia Básica**

BOMBASSARO, Luiz Carlos. As fronteiras da epistemologia: Como se produz o conhecimento. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

DUTRA, Luís H. de A. Introdução à teoria da ciência. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

REALE, Giovanni, ANTISERI, Dario. História da Filosofia. São Paulo: Paulos, 2003. (3 volumes).

CHAUÍ, M. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2004.

### **Bibliografia Complementar**

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith, GEWANDSZNAJDER, Fernando. O Método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.



- CHALMERS, A. F. O que é ciência, afinal?. Trad. de Raul Fiker. São Paulo: Brasiliense, 1993. 225p.
- COMTE, Auguste. Discurso sobre o espírito positivo. Trad. de José Arthur Giannotti. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção os pensadores).
- DESCARTES, René. Discurso do método. Trad. De Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HUME, David. Investigação sobre o Entendimento Humano. Lisboa: Edições 70, s/d.
- KANT, Immanuel. Crítica da Razão Pura. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção Os Pensadores).
- KUHN, Thomas S. A Estrutura das Revoluções Científicas. Trad. de Beatriz V. Boeira e Nelson Boeira. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 1967.
- LAKATOS, Imre. O Falseamento e a Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica. In: MILL, John Stuart. A Lógica das ciências morais. Trad. de Alexandre Braga Massella. São Paulo: Iluminuras, 1999.
- PLATÃO. A República. Trad. de Carlos Alberto Nunes. 3 ed. Belém: Editora universitária, 2001. Livro VII ( O Mito da Carverna).
- POPPER, Karl R. A Lógica da Pesquisa Científica. Trad. de Leonidas Hegenberg e Octanny S. da Mota. São Paulo: Cultrix, s/d.
- SCHLICK, M. Positivismo e Realismo. . Trad. Baraúna, L. J. SP. Abril Cultural, 1975. (Coleção Os Pensadores)

### Lógica, Informática e Comunicação

**Ementa:** Oferta de instrumentos básicos requeridos pelo cursar da graduação universitária, fundamentalmente, usos da linguagem, indução e dedução, novas tecnologias de comunicação, usos do computador e da internet, expressão escrita, análise, interpretação e crítica textual.

### **Bibliografia Básica**

- COPI, Irving M. Introdução à Lógica. São Paulo: Mestre Jou Editora, 1981.
- FURASTÉ, Pedro A. Normas Técnicas para o trabalho científico: elaboração e formatação. 14 ed. Porto Alegre: ABNT, 2007.
- LÉVY, Pierre. A conexão planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência. São Paulo: Ed. 34, 2001.
- MANZANO, José A. N. G. Broffice.org 2.0: Guia Prático de Aplicação. São Paulo: Editora Érica, 2007.
- NAVEGA, Sergio. Pensamento Crítico e Argumentação Sólida. São Paulo: Editora Intelliwise, 2005.
- VANOYNE, Francis. Usos da Linguagem: Problemas e Técnicas na Produção Oral e Escrita. São Paulo: Martins Fontes, 2000.



### **Bibliografia Complementar**

CASTELLS, Manuel. A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2003.

JOHNSON, Steven. Cultura da interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane Price. Sistemas de Informação. 4a. ed. São Paulo: LTC, 1999.

SOUZA, João Nunes de. Lógica Para Ciência da Computação. 7ª ed. São Paulo: Campus, 2002.

BASTOS, Cleverson L. e KELLER, Vicente. Aprendendo Lógica. Petrópolis: Vozes, 2000.

### **Seminário Integrador I**

**Ementa:** Discussão interdisciplinar, em escala real, sobre uma base local; integração e aplicação dos conteúdos, atividades e de avaliação dos progressos discentes do tronco inicial.

### **Bibliografia Básica:**

Contempla todas as referências bibliográficas utilizadas pelas disciplinas do tronco inicial, além das específicas que o projeto necessitar.

## **2º PERÍODO**

### **Economia e Administração Política na Sociedade Contemporânea**

**Ementa:** A importância da gestão econômica e dos sistemas de governança na sociedade contemporânea: tendências, desafios e perspectivas local e global.

### **Bibliografia Básica**

CANO, W. Introdução à Economia: Uma abordagem crítica. São Paulo: UNESP, 1998.

COSTA, F. Economia em 10 lições. São Paulo: Makron Books, 2000

CLEGG, S; HARDY, C; NORD W.(Orgs.). Handbook de estudos organizacionais. V.1.São Paulo: Atlas, 1999.

FLEURY, M. & FISCHER, R. Cultura e Poder nas Organizações. São Paulo: Atlas, 1992.

MENDES, J. Economia: Fundamentos e Aplicações. São Paulo, 2004

HALL, R. H. Organizações: Estruturas, processos e resultados. 8a. ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do



Brasil, 2004.

MOTTA, F. Teoria Geral da Administração. São Paulo: Pioneira, 2002.

RAMOS, A. A nova ciência das organizações. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

SANTOS, R. Administração política como campo do conhecimento. São Paulo: Mandacaru, 2004.

WEBER, M. Economia e Sociedade. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

### **Bibliografia Complementares**

STONER, J. A. F. Administração. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 1999.

ARAÚJO, L. Teoria Geral da Administração. São Paulo: Atlas, 2006.

CASTELLS, M. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MAXIMINIANO, A. Teoria Geral da Administração. São Paulo: Atlas, 2005.

### **Sistemas de Informação Gerencial**

**Ementa:** Estudo dos sistemas de informação computacionais e sua importância dentro das organizações e a mudança de paradigma com a evolução tecnológica.

### **Bibliografia Básica**

LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. Sistemas de Informações Gerenciais. Prentice Hall. 2004.

AUDY, Jorge Luis Nicolás. Sistema de Informação: planejamento e alinhamento estratégico nas organizações. Rio de Janeiro: Bookman, 2003.

BATISTA, Émerson de Oliveira. Sistema de Informação: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento. São Paulo: Saraiva, 2004.

GRAEML, Alexandre Reis. Sistema de informação o alinhamento de TI, com estratégia corporativa. São Paulo: Atlas, 2003.

LACHAND-ROBERT, Thomas. A informática do cotidiano. São Paulo: GRADIVA, 2005.

### **Informação Contábil para Gestão**

**Ementa:** Reflexão crítica sobre a informação contábil. Estudo dos procedimentos aplicados à gestão.

### **Referência Básica**

IUDICIBUS, Sérgio de. MARION, José Carlos. Curso de contabilidade para não contadores: para as áreas de administração, economia, direito e engenharia – livro texto. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2008.



MARION, José Carlos. Contabilidade básica – livro texto. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

\_\_\_\_\_. Contabilidade empresarial. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PADOVEZE, Clovis L. Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária – texto e exercícios. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TRISTÃO, Gilberto; SILVA, Cesar A. T. Contabilidade básica. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

### **Bibliografia Complementar**

ABREU, Ari F. de. Fundamentos de contabilidade utilizando o Excel. São Paulo: Saraiva; 2005.

CRUZ, June A. W; SCHIER, Carlos U. C; ANDRICH, Emir G. Contabilidade introdutória – descomplicada – com atualização da lei 11.638 em vigor desde janeiro de 2008. Curitiba: Juruá, 2008.

MÜLLER, Aderbal N. Contabilidade básica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

### **Matemática e Estatística Aplicadas à Gestão**

**Ementa:** Estudo dos conceitos teóricos, metodológicos e básicos da matemática e da estatística. Aprofundamento das concepções de conjunto, relação, função e matemática. Análise e reflexão das técnicas de contagem, matrizes, determinantes e sistemas lineares. Aplicação dos conhecimentos matemáticos e estatísticos à gestão.

### **Bibliografia Básica**

FONSECA, J. S. da. MARTINS, G. de A. Curso de estatística. São Paulo: Atlas, 1995.

FREUND, J. E.; SIMON, G. A. Estatística Aplicada: economia, administração e contabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2000.

HOFFMANN, Laurence D. Cálculo: Um Curso Moderno e suas aplicações. Rio de Janeiro: LTC S/A, 2002.

### **Bibliografia Complementar**

CHIANG, Alpha; WAINWRIGHT, Kevin. Matemática para economistas. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

HARIKI, Seiji. Matemática Aplicada: Administração, Economia, Contabilidade. São Paulo: Saraiva, 2003.

SIMON; Carl; BLUME, Lawrence. Matemática pra economistas. Porto Alegre: Bookman, 2004.



## Seminário Integrador II

**Ementa:** Discussão de temáticas específicas, interdisciplinares de interesse do eixo gerencial, envolvendo a integração e aplicação dos conteúdos e atividades das disciplinas do período.

### **Bibliografia Básica**

Contempla toda bibliografia utilizada pelas disciplinas do Eixo e mais a bibliografia definida pelos temas a serem trabalhados.

## **3º PERÍODO**

### Contabilidade Pública

#### **Ementa**

Receita e despesa pública. Lançamentos contábeis. Planificação contábil. Contabilização em empresas públicas. Campo de aplicação da contabilidade pública. Patrimônio público. Lei de Responsabilidade Fiscal e relatórios. RREO e RGFs.

#### **Bibliografia Básica**

ARAÚJO, I: Contabilidade Pública: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2004

ANGELICO, J. Contabilidade pública. São Paulo: Atlas, 1992.

KOHAMA, H. Contabilidade pública: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1995.

\_\_\_\_\_. Balanços públicos: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

#### **Bibliografia Complementar**

CRUZ, F. Auditoria governamental. São Paulo: Atlas, 1997.

IUDICIBUS, S; MARTINS, E; e GELBCKE, E R. Manual de contabilidade das sociedades por ações. FIECAFI. São Paulo: Atlas, 1995.

JANNY TEIXEIRA, H & SANTANA, S M. Remodelando a gestão pública. São Paulo: Edgard Blücher, 1994.

### Microeconomia

**Ementa:** Estudo do funcionamento do mercado, das decisões econômicas dos consumidores e dos produtores e os impactos de políticas econômicas, afim de entender o papel das estratégias na tomada de decisões, principalmente em oligopólios, apresentamos a teoria de jogos em nível



introdutório. Nesse estudo busca-se analisar o equilíbrio de mercado (parcial), o impacto de choques exógenos no equilíbrio, elasticidades, os efeitos de bem-estar de políticas governamentais nos mercados competitivos, utilizando exemplos reais da economia Brasileira e internacional, para que o aluno esteja habilitado a analisar os problemas microeconômicos de maneira qualitativa e quantitativa.

### **Bibliografia Básica**

ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. História do pensamento econômico. São Paulo, Ed. Atlas, 1986, 158 p.

BAIDYA, T.K.N; AJUBE, F.A.L; MENDES, M.R.C. Introdução a microeconomia. São Paulo:Atlas, 1999.

COSTA, Fernando Nogueira da. Economia: em 10 lições. São Paulo, Makron Books, 2000, 430 p.

### **Bibliografia Complementar**

GASTALDI, J. Petrelli. Elementos de economia política. São Paulo, Saraiva, 1992, 462 p.

MONTORO FILHO, André Franco et alli. Manual de Economia: equipe de professores USP. São Paulo, Saraiva. 1998, 240 p.

PINDYCK, R.S. & RUBINFELD, D.L. Microeconomia: 4.ed. São Paulo, Makron, 1999.

VARIAN, H.R. Microeconomia: princípios básicos. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

### **Teorias da Administração**

**Ementa:** Composição Organizacional: conceitos básicos sobre estrutura organizacional e o processo de organização. O estudo do processo administrativo: planejamento, organização, direção e controle. Gestão por função e gestão por processos. Sistema administrativo e mudança organizacional.

### **Bibliografia Básica**

MAXIMIANO, A. C. A. Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital. São Paulo:Atlas, 2006.

MORGAN, G. Imagens da Organização. São Paulo: Atlas, 2002.

MOTTA, F. Teoria Geral da Administração. São Paulo: Pioneira, 2002.

ROBBINS, S. Administração: mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2005.

### **Bibliografia Complementar**

CARAVANTES, G. Administração: teorias e processos. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

CHIAVENATO, I. Administração nos Novos Tempos. Rio de Janeiro: Campus, 2005.



- LACOMBE, F; HEILBORN, G. Administração: princípios e tendências. São Paulo: Saraiva, 2003.
- FERREIRA, A.A e outros, Gestão Empresarial, São Paulo: Pioneira, 1997.
- GROVE, A, Administração de Alta Performance, São Paulo: Futura, 1995.
- MAXIMIANO, A. C. A. Introdução à Administração. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- OLIVEIRA, D. Teoria Geral da Administração: uma abordagem prática. São Paulo:Atlas, 2008.
- SILVA, R. O. Teorias da Administração. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.
- SORDI, J. Gestão por Processos: uma abordagem da moderna Administração. São Paulo: Saraiva, 2005.
- TACHIZAHA, TAKESHY. Organização Flexível: qualidade na gestão por processos: São Paulo: Atlas, 1977.

### Estatística Avançada para Gestão

**Ementa:** A matéria trata de probabilidade, das distribuições discretas e contínuas de amostragem, dos intervalos de confiança e dos testes de hipótese.

#### **Bibliografia básica**

- FONSECA, J. S. da., MARTINS, G. de A. Curso de estatística. São Paulo: Atlas, 1995.
- FREUND, J. E.; SIMON, G. A. Estatística Aplicada: economia, administração e contabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2000.
- KAZMIER, L. J. Estatística aplicada à economia e administração. São Paulo: McGraw-Hill, 1982.
- LAPPONI, Juan Carlos. Estatística usando excel. São Paulo: Editora Campus, 2005.
- LARSON, R.; FARBER, L. Estatística aplicada. São Paulo: Prentice Hall do Brasil, 2004.

#### **Bibliografia Complementar**

- MARTINS, G. de A., DONAIRE, D. Princípios de estatística. São Paulo: Atlas, 1995.
- MARTINEZ, F.; BISQUERRA, R.; SARRIERA, J. C. Introdução a estatística – spss. São Paulo: Artmed, 2004.

### Instituições de Direito Público e Privado

**Ementa:** Noções de Direito; Norma jurídica e outras normas sociais. Subdivisões. Fontes do Direito. Conceito de Estado, sua origem e formação; Elementos de Estado: Estado de direito, Estado Social de Direito e Estado Democrático de Direito; Poder e funções do Estado; Formas de Estado, formas de Governo e sistemas de Governo. Conceito de Constituição; classificação e poder constituinte; Supremacia da Constituição e controle de constitucionalidade; As Constituições



brasileiras. A constituição vigente. Organização do Estado Brasileiro: Forma de Estado, forma de Governo e sistema de Governo; Poder legislativo: função, organização, garantias; Poder Judiciário: funções, organização, garantias. Poder Executivo: funções, organização, atribuições e responsabilidade. Conceito de Administração pública; Princípios; Organização administrativa. Administração Direta e indireta; Servidores públicos. Direitos e Garantias Individuais; Direitos fundamentais do Homem.

### **Bibliografia Básica**

CARVALHO, K.G. Direito Constitucional Público, Belo Horizonte: Del Rey, 1999

DALLARI, D.A. Elementos da Teoria Geral do Estado, São Paulo: Saraiva, 1989

DOWER, N. G. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Saraiva, 2005.

SILVA, J.A. Curso de Direito Constitucional Positivo, São Paulo: Revista dos Tribunais/Malheiros Editores, 2002.

### **Bibliografia Complementar**

MARTINS, S. P. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Atlas, 2002

PEREIRA, BRUNO YEPES. Curso De Direito Internacional Publico. São Paulo: Saraiva, 2009

### **Metodologia de Estudo e Pesquisa em Administração**

**Ementa:** Análise dos pressupostos da pesquisa, dos métodos, tipos e suas técnicas de pesquisa como forma de elaborar um projeto com estrutura e organização científica a partir de técnicas de estudos, organização de leitura e interpretação de texto.

### **Bibliografia Básica**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2002.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projeto de pesquisa. São Paulo: Cortez, 2002.

### **Bibliografia Complementar**

NAHUZ, Cecília dos Santos; FERREIRA, Luzimar Silva. Manual para normalização de monografias. 3.ed. rev. atual. e ampl. São Luís, 2002

SALOMON, Délcio Vieira. Da pesquisa científica como processo. São Paulo: Martins Fontes, 2000

PÁDUA, Elisabete Matallo M. de. O processo de pesquisa. Campinas: Papyrus, 1996.



#### 4º SEMESTRE

##### Auditoria e Controladoria

Probidade administrativa. Princípios e sistema de controle na administração pública. Controle social e transparência no Brasil. Fiscalização orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Estado. Organização e funcionamento do controle externo e interno na administração pública Fluxo da gestão governamental (PPA,LDO,LOA). Conceitos de Auditoria Governamental. Tipos de Auditoria Governamental. Controles da Administração Pública. Elaboração de Relatório de Auditoria. (Controladoria?)

##### **Bibliografia Básica**

CASTRO, R. Fundamentos de auditoria governamental e empresarial. São Paulo: Atlas, 2003.

CRUZ, Flávio da. Auditoria Governamental. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MACHADO, M.; PETER, M. G. Manual de auditoria governamental. São Paulo: Atlas, 2003.

##### **Complementar**

NAKAGAWA, M. Introdução à Controladoria, São Paulo: Atlas, 1994.

PADOVEZE, C. Controladoria Estratégica e Operacional, São Paulo: Thomson, 2003.

SHANK, J. K. & GOVINDARAJAN, V. Gestão Estratégica de Custos. RJ: Campus, 1995.

##### Direito Administrativo

##### **Ementa**

Pessoas jurídicas administrativas. Fontes do Direito Administrativo. Administração Pública Direta e Indireta. Regime Jurídico-Administrativo. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Poderes Administrativos. Organização Administrativa. Órgãos Administrativos. Atos Administrativos. Noções Gerais sobre Procedimento Administrativo. Domínio público. Intervenção na propriedade. Responsabilidade civil da administração pública. Crimes contra a administração pública.

##### **Bibliografia Básica**

DI PIETRO, M.S.Z. Direito Administrativo. 23. ed. São Paulo, Atlas, 2010.

JUSTEN FILHO, M. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2005.

MELLO, C.A.B. Curso de Direito Administrativo. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

MEIRELLES, H.L. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2002.

##### **Bibliografia Complementar**

BASTOS, C.R. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 1995.

CRETELLA JR,J. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Forense, 1992.

##### Sociedade Moderna, Estado e Racionalidade



A disciplina objetiva analisar a emergência da sociedade moderna, marcada pela urbanização e industrialização, e com ela o princípio de racionalização crescente da vida social. Para tanto, serão focos centrais de análise: o processo de burocratização das instituições sociais, o papel desempenhado pelo Estado moderno na intermediação dos conflitos sociais e na implementação da racionalidade, a separação crescente entre as dimensões públicas e privadas do espaço social, e as tensões entre ordem e conflito.

### **Bibliografia Básica**

- DINIZ, E. Reforma do Estado e democracia no Brasil. Brasília: Editora UNB, 1997
- FAORO, R. Os donos do poder; São Paulo: Globo, 1998.
- MOTTA, P. Introdução à Organização Burocrática. São Paulo: Thompson, 2004.
- PEREIRA, B. O caráter cíclico da intervenção estatal. Revista de Economia Política 9(3), São Paulo: julho-setembro, 1989.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. A nova ciência das organizações. Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- WEBER. M. Economia e Sociedade. Brasília: UNB, 2002

### **Bibliografia Complementar**

- BOBBIO, N. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BRESSER, P. Reconstruindo um novo estado na América Latina. Escola Nacional de Administração Pública [ENAP]. Brasília. ENAP, 1998.

### **Macroeconomia**

**Ementa:** Fundamentos da análise macroeconômica; Problemas macroeconômicos; Modelos macroeconômicos; Contabilidade Nacional; Determinantes da demanda e oferta agregada; Moeda, juros e renda; Relações com o exterior; Equilíbrio geral; Política econômica; O papel do governo; Inflação.

### **Bibliografia Básica**

- BLANCHARD, O. Macroeconomics. New York: Prentice Hall, 1996.
- DORNBUSH, R. e Fischer, S. Macroeconomics. 6. ed. New York: McGraw-Hill 1994.
- LOPES, L. M. & VASCONCELLOS, M A S. Manual de macroeconomia básico e intermediário. São Paulo: Atlas, 2000.

### **Bibliografia Complementar**



HALL, R.E. e TAYLOR, J.B. Macroeconomia: Teoria, Desempenho e Política. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MANKIWI, N.G. Macroeconomia. Rio de Janeiro: LTC, 1995.

### Comportamento Organizacional

**Ementa:** Análise da personalidade organizacional e sua influência na sociedade, para que dessa forma o comportamento em grupo, os conflitos e as suas soluções sejam trabalhadas em busca de uma maior cooperação na empresa.

#### **Bibliografia básica**

HALL, R. Organizações: Estruturas, processos e resultados. São Paulo: Prentice Hall, 204.

MINTZBERG, H. Criando Organizações Eficazes. São Paulo: Atlas, 2006.

MOTTA, F. Organização e Poder. São Paulo: Ed. Atlas, 1986.

ROBINS, S. P. Comportamento Organizacional. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2005.

WAGNER III, John A. Comportamento Organizacional. São Paulo: Saraiva, 2007.

#### **Bibliografia Complementar**

BLOCK, P. Comportamento Organizacional. São Paulo: Makron Books, 2004.

BRAGHIROLI, E. Psicologia geral. 22.ed. Porto Alegre: Ed.Vozes, 1990.

DAVIDOFF, L. Introdução a Psicologia. São Paulo: Ed. Pearson Makron, 2005.

SOTO, E. Comportamento Organizacional. São Paulo: Thompson Pioneira, 2002.

### Teorias da Administração Pública

**Ementa:** O estado, governo e sociedade. Evolução da administração pública brasileira: patrimonialismo, burocracia e gerencialismo. Contexto contemporâneo da atuação do Estado. Governabilidade, governança e descentralização do poder. Estrutura e função da administração pública. Eficiência, eficácia e efetividade na administração pública. Reformas administrativas e programas de desburocratização: DASP, decreto-Lei nº 200/67; Constituição de 1988 e Emenda Constitucional 19/98. Considerações sobre o novo papel do Estado e da administração pública. A reforma de Estado e da administração pública: experiências inglesa, americana e brasileira. Representação e participação: gestão pública e privada. Accountability e Responsiveness: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados.



### **Bibliografia Básica**

- AVELAR, L. Sistema político brasileiro, São Paulo: UNESP, 2004
- BEHRING, E R. Brasil em contra reforma. São Paulo: Cortez, 2003
- BRESSER P. Reforma do Estado para a cidadania. São Paulo: Editora 34, 1998.
- \_\_\_\_\_; SPINK, P (org). Reforma do estado e da administração pública gerencial. Rio: FGV, 1998.
- RAMOS, A. Administração e contexto brasileiro. Rio: FGV, 1981.
- PEREIRA, J M, Curso de Administração Pública. São Paulo: Atlas, 2008.
- NOGUEIRA, M A. Estado para a sociedade civil: São Paulo: Cortez Editora, 2004.

### **Bibliografia Complementar**

- DOWBOR, L. Introdução ao Planejamento Municipal. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- FERLIE, E. A nova administração pública em ação. Brasília: ENAP, 1999
- IGLESIAS, F. Trajetória política do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- O'CONOOR, J. USA: A Crise do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- OSBORNE, D; GAEBLER, T. Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público. 2. ed. Brasília: M.H. Comunicação, 1994.
- SERRA, J. A Constituição e o Gasto Público. In Modernização Política e Desenvolvimento, Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.

## **5º PERÍODO**

### **Economia Brasileira**

**Ementa:** Evolução histórica da economia brasileira no período republicano. A evolução recente da economia no Brasil: agricultura e indústria; comércio exterior; inflação; relações intersetoriais e regionais. Temas emergentes na economia brasileira e a atualidade: o problema da distribuição de renda e indicadores sócio-econômicos; desemprego e informalidade; globalização, inserção periférica e acordos internacionais.

### **Bibliografia Básica**

- BAER, W. A economia brasileira. São Paulo. Nobel, 1996
- FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. 23 ed. São Paulo, Nacional. 1989
- LOPES, L. Economia Brasileira: Da Estabilização Ao Crescimento. São Paulo: Atlas, 2009.



### **Bibliografia Complementar**

- LAFER, B. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro, Rio de Janeiro: Zahar, 1984
- VERSIANI, F. Formação Econômica do Brasil: A Experiência da Industrialização, São Paulo: Saraiva, 1978

### **Gestão de Pessoas no Setor Público**

Ementa: Evolução e tendências da gestão de pessoas. Planejamento Estratégico de Recursos Humanos; Gestão de competências e gestão de conhecimento. Gestão de pessoas no setor público: teoria e prática. Admissão e dispensa de servidores públicos. Servidores públicos: direitos, deveres e responsabilidades. Cargos e Salários, Programas de Incentivos e Benefícios; Desenvolvimento de Pessoal. Política de desenvolvimento dos servidores. Carreiras: estruturação dos Cargos e Funções no Setor Público. Prêmios e Recompensas. Avaliação de Desempenho Individual. Sistemas informatizados de administração de pessoal. Higiene e Segurança no Trabalho; Qualidade de Vida no Trabalho; Integrar os conceitos de RH com o contexto geral da organização moderna e analisar a atual situação da área.

### **Bibliografia Básica**

- AKTOUF, O. A administração entre a tradição e a renovação. Atlas, 1996.
- BERGAMINI, C.W. Avaliação de desempenho humano na empresa. São Paulo: Atlas, 1988.
- BITENCOURT, C. et al. Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- BRAVERMAN, H. Trabalho é capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- FERLIE, E. A Nova Administração Pública em Ação. Brasília: ENAP/UnB, 1999.

### **Bibliografia Complementar**

- DE MASI, D. Desenvolvimento sem trabalho. São Paulo: Esfera, 1999.
- FLEURY, A e FLEURY, M.T.L - Estratégias Empresariais e Formação de Competências. São Paulo, Atlas, 2000.
- KÜLLER, J.A.. Ritos de passagem: gerenciando pessoas para a qualidade. São Paulo: Senac, 1996.
- MORGAN, G. Imagens da Organização. São Paulo: Atlas 1996.



## Direito Tributário

**Ementa:** Análise de conceitos de Direito Tributário, tais como, conhecimento sobre ramos do Direito Público, com ênfase no ramo do Direito Tributário. Dessa análise é feito um estudo das normas constitucionais relativas ao sistema tributário nacional, das normas gerais de Direito Tributário para que haja uma discussão da legislação tributária federal, estadual e municipal.

### **Bibliografia Básica**

BORGES, H.B. Planejamento Tributário : IPI, ICMS, ISS e IR. 6.ed. rev., São Paulo, Atlas, 2001.  
\_\_\_\_\_. Gerência de Impostos: IPI, ICMS e ISS.3ª ed. São Paulo, Atlas, 2001.

### **Bibliografia Complementar**

BATISTA JUNIOR, O.A. O Planejamento Fiscal e a Interpretação no Direito Tributário. Belo Horizonte, Melhoramentos, 2002.  
CAMPOS, C.H.: Planejamento Tributário. 2ª ed. São Paulo, Atlas, 1985.  
BORGES, H.B. Auditoria de Tributos : IPI, ICMS e ISS.2ª ed. São Paulo, Atlas, 2001.

## Matemática Financeira e Análise de Investimento

**Ementa:** Capitalizações simples e composta. Descontos simples e compostos. Rendas certas. Rendas variáveis. Taxa interna de retorno. Equivalência de fluxos de caixa. Amortização de empréstimos. Noções de análise de investimento. Correção monetária. Fundamentos de investimentos de capital. Séries não homogêneas. Sistemas de amortização de dívidas. Equivalência de fluxos de caixa. Critérios de análise de investimentos: payback, retorno contábil, VPL, TIR, IL. Introdução a análise de títulos. Introdução à análise de projetos de investimentos.

### **Bibliografia Básica**

ASSAF Neto, A. Matemática Financeira e suas aplicações. São Paulo: Atlas, 2000  
FARIA, R.G. Matemática Comercial e Financeira. São Paulo: Makron Books, 2000  
HUMMEL, P. e TASCNNER, M. Análise e Decisão sobre Financiamento e Investimento. São Paulo: Atlas, São Paulo, 2002.

### **Bibliografia Complementar**

VIEIRA SOBRINHO, J.D. Matemática Financeira. São Paulo: Atlas, 1997  
SAMANEZ, C.P. Matemática Financeira: Aplicações à Análise de Investimentos. São Paulo: Makron



Books - 1999.

### Processos Organizacionais

**Ementa:** Organização e reorganização. Organogramas. Aproveitamento racional do espaço físico. Processos. Condicionantes e componentes da estrutura organizacional. Departamentalização. Centralização e Descentralização. Métodos e instrumentos de modernização de estruturas, sistemas e processos das organizações. Estruturas alternativas; Tendências atuais.

### **Bibliografia Básica**

DAFT, R. L. Teoria e Projeto das Organizações, 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

DIAS, S. Auditoria de Processos Organizacionais. São Paulo: Atlas, 2008.

HARVARD BUSINESS REVIEW. Tomada de decisão. Rio: Campus, 2001.

OLIVEIRA, D. Estrutura Organizacional. São Paulo: Atlas, 2006

SALERNO, MARIO SERGIO. Projeto de organizações integradas e flexíveis. São Paulo: Atlas, 1999

### **Bibliografia Complementar**

GIBSON, J.L., IVANCEVICH, J.M., DONNELLY, J.H. - Organizações: Comportamento, Estrutura e Processos. São Paulo: Atlas, 1981.

LAWRENCE, P.R., LORSCH, J.W. - O Desenvolvimento de Organizações: Diagnóstico e Ação. São Paulo: Edgard Blücher, 1972

RAIFFA, H. Teoria da decisão: aulas introdutórias sobre escolhas em condições de incerteza. São Paulo: Vozes - EDUSP, 1977.

VASCONCELLOS, E. e HENSLEY J.R. Estrutura das Organizações: Estruturas Tradicionais, Estruturas para Inovação, Estrutura Matricial. São Paulo: Pioneira, 1991.

## 6º PERÍODO

### Políticas Públicas e Políticas Sociais

**Ementa:** Escalas de poder e formulação de políticas públicas para o desenvolvimento sócio-territorial. Espaços públicos e gestão governamental. Relação entre políticas públicas e políticas sociais. Programas de intervenção e qualificação de territórios: o papel dos governos federal, estadual e municipal. Controle social de recursos públicos. Programas, projetos e ações



em políticas públicas. Avaliação em políticas públicas.

### **Bibliografia Básica**

- ARRETCHE, M. Estado federativo, políticas sociais: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo; Fapesp, 2003.
- BARROS, P.L. et alli. Avaliação de políticas públicas. Campinas: NEPP, 1999.
- BID. A Política das Políticas Públicas. São Paulo: Campus, 2007.
- TEIXEIRA, E. C.; RIBEIRO, I. (orgs.) Políticas Públicas e Cidadania. Coleção Ufba em Campo - Estudos. Salvador: EDUFBA/PROEX, 2001.

### **Bibliografia Complementar**

- KEYNES, J. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Atlas, 1990.
- NUNES, E. Agências Reguladoras e a Reforma do Estado no Brasil. Rio de Janeiro - Garramond Ltda, 2007.

### **Logística e Suprimentos na Área Pública**

**Ementa:** Análise de compra e da cadeia de suprimento de diferentes modos, tornando-se instrumentos de política pública. Considerando esses fatos, esta disciplina pretende discutir princípios, métodos e técnicas de logística e gestão da cadeia de suprimento aplicados às organizações públicas e correlatas, de acordo com critérios de justiça, eficiência econômica e respeito ao meio ambiente.

### **Bibliografia Básica**

- MALLIAGROS, T. G. O impacto da infra-estrutura sobre o crescimento da produtividade do setor privado e do produto brasileiro: Análise empírica e evolução histórica. Rio de Janeiro: EPGE/Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- JOHNSTON, R.; clark, g. Administração de Operações de Serviço. São Paulo: Atlas, 2002.
- SLACK. N. Administração da Produção. São Paulo: Atlas, 2002.

### **Bibliografia Complementar**

- DIAS, M. Administração de materiais: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 1996.
- FRITZMMONS, J.A. Administração de Serviços. Porto Alegre: Bookman, 1998.



## Planejamento e Programação na Administração Pública

**Ementa:** Teorias e modelos de planejamento governamental. Evolução do planejamento governamental no Brasil. Enfoque sistêmico e estratégico de planejamento. Características e etapas do planejamento. Métodos e técnicas do planejamento. Estrutura e sistema de planejamento governamental: PPA. Planejamento e políticas públicas. Técnicas de programação governamental. Avaliação e acompanhamento de ações governamentais. Construção de indicadores de desempenho governamental.

### **Bibliografia Básica**

HUERTAS, F. O método PES: entrevista com Matus. São Paulo: FUNDAP, 1996.

MATUS, C. Estratégias políticas. São Paulo: FUNDAP, 1996.

MATUS, C. Adeus, senhor presidente: governantes governados. São Paulo: FUNDAP, 1997.

### **Bibliografia Complementar**

CARVALHO, HORÁCIO M., Introdução à teoria do planejamento. São Paulo: Brasiliense, 1976.

LAFER, BETTY M., Planejamento no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970

## Processos e Tomada de Decisão

**Ementa:** Administração como um processo de tomada de decisões empresarial: análise estratégica, alocação e mobilização dos recursos, especificações e desempenho. Tipos de decisão. Métodos e processos de tomada de decisão. Instrumentos para a tomada de decisão.

### **Bibliografia Básica**

DAFT, R. L. Teoria e Projeto das Organizações, 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

HARVARD BUSINESS REVIEW. Tomada de decisão. Rio: Campus, 2001.

SALERNO, MARIO SERGIO. Projeto de organizações integradas e flexíveis. São Paulo: Atlas, 1999

VASCONCELLOS, E. e HENSLEY J.R. Estrutura das Organizações: Estruturas Tradicionais, Estruturas para Inovação, Estrutura Matricial. São Paulo: Pioneira, 1991.

### **Bibliografia Complementar**

GIBSON, J.L., IVANCEVICH, J.M., DONNELLY, J.H. - Organizações: Comportamento, Estrutura e Processos. São Paulo: Atlas, 1981.

LAWRENCE, P.R., LORSCH, J.W. - O Desenvolvimento de Organizações: Diagnóstico e Ação. São



Paulo: Edgard Blücher, 1972

RAIFFA, H. Teoria da decisão: aulas introdutórias sobre escolhas em condições de incerteza. São Paulo: Vozes - EDUSP, 1977.

## 7º PERÍODO

### Estratégias de Desenvolvimento Social de Territórios

**Ementa:** Território: conceitos e teorias de espaço, poder e território; análise, gestão e planejamento. Escalas territoriais: local, regional e global. Estratégia: conceitos e teorias, potencialidades e limitações. Perspectiva estratégica do desenvolvimento e da qualificação territorial.

#### **Bibliografia Básica**

FISCHER, T. Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. MAC-ALLISTER, Mônica (Org.). Emergência do espaço organizacional para a gestão social. In: Colóquio Internacional sobre Poder Local: Gestão XXI, gestão social e gestão do desenvolvimento, 9, Salvador. Anais ... Salvador: UFBA/EA/NPGA/NEPOL/PDGS, 2003.

#### **Bibliografia Complementar**

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 1998.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

### Finanças Públicas e Orçamento

**Ementa:** Finanças públicas no Brasil. Instituições financeiras brasileiras. Política fiscal e atividade econômica e finanças públicas. Renúncia de receita. Política fiscal e distribuição de renda. Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento. O ciclo orçamentário. A elaboração do orçamento. A Execução Orçamentária e Financeira.



### **Bibliografia Básica**

- BRESSER P. A crise do Estado: ensaios sobre a economia brasileira. São Paulo: Nobel, 1992.
- CAMPELLO, C. Administração financeira municipal. São Paulo: Atlas, 2000.
- GIAMBIAGI, F. et al. Finanças públicas: teoria e prática. Rio de Janeiro, Campus, 1999.
- GIACOMONI, J. Orçamento público. 11 ed. Amp. Rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2002.
- REZENDE, F. Finanças públicas: São Paulo: Atlas, 2006.

### **Bibliografia Complementar**

- CASTRO, A. A economia brasileira em marcha forçada. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FILELLINI, A. A economia do setor público. São Paulo: Atlas, 1990.
- KILSZTAJN, S. (Org.). Déficit e dívida pública. São Paulo: PUCSP, 1996

### **Governança na Administração Pública**

**Ementa:** Orçamento público. Atores e fóruns do processo de elaboração orçamentária. Orçamento público, planejamento e gestão. Lei 4320/64, Plano Pluri-anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Lei de Responsabilidade Fiscal. A experiência do orçamento participativo. Experiências internacionais em direção à transparência e governança.

### **Bibliografia Básica**

- GIACOMANI, J. Orçamento Público. São Paulo, 11ª Edição. Ed Atlas.
- SILVA, J. Manual de Execução Orçamentária e contabilidade pública. Brasília: Ed Brasília Jurídica, 1998.
- ALBUQUERQUE, C. Gestão de Finanças Públicas – Fundamentos e Práticas de planejamento, Orçamento e Administração Financeira com Responsabilidade Fiscal. Brasília, 2006.

### **Bibliografia Complementar**

- JUND, S. Direito Financeiro e Orçamento Público. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- VASCONCELOS, A. Orçamento Público. Rio de Janeiro. Ed. Ferreira 2007.
- CARVALHO, D. Orçamento e Contabilidade Pública. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- PASCOAL, V. Direito Financeiro e Controle Interno. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- Lei Federal 4320/64.
- Lei Federal 101/2000 – Lei de responsabilidade Fiscal.



## Comunicação nas Organizações Públicas

**Ementa:** Estruturação da tecnologia de informação e comunicação no setor público. Legislação e políticas de tecnologia de informação para prestação de serviços públicos. Planejamento estratégico de sistemas de informação governamental. Gerência de custos de sistemas de informação governamental. Avaliação e projetos dos fluxos totais de informação na organização. Técnicas básicas de marketing em organizações que não visam o lucro, contemplando os problemas, vantagens, obstáculos e oportunidades a ele associados. É ajudar o aluno a aprender os elementos fundamentais do pensar e agir segundo o marketing. Filosofia, papel e impacto do marketing nas organizações e na sociedade.

### **Bibliografia Básica**

- BOAR, B. Tecnologia da Informação - A arte do Planejamento Estratégico - 2. ed., São Paulo: Berkeley, 2002.
- CASSARRO, A.C. Sistema de informações para tomada de decisões. São Paulo: Pioneira, 1999.
- KOTLER, P. Marketing no Setor Público. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- VAZ, G. Marketing Institucional: O Mercado de Idéias e Imagens. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- KOTLER, P. Administração de Marketing: análise, planejamento e controle. São Paulo. Atlas, 1991.

### **Bibliografia Complementar**

- GARFINKEL, S. Comércio & segurança na web: riscos, tecnologias e estratégia. São Paulo: Market Press, 1999.
- HARVARD BUSINESS REVIEW. Gestão do conhecimento. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.
- LAUDON, K.C. & LAUDON, J.P. Gerenciamento de sistemas de informação. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
- STAIR, R.M. Sistemas de informação: uma abordagem gerencial. Rio de Janeiro: LTC, 1998.
- YOURDON, E. Análise estruturada de sistemas. Rio: Campus, 1990.

## Marcos Regulatórios

**Ementa:** Marcos regulatórios da gestão pública e gestão social no Brasil. Conceito de "poder regulador": aspectos sociopolíticos; aspectos jurídicos decorrentes de novos parâmetros provenientes de construções múltiplas de esferas públicas não estatais e estatais. Figuras jurídicas e legislação pertinente à gestão pública municipal e à gestão de organizações da sociedade civil -



Termos de Parceria, Lei das OSCIPs, Títulos de Utilidade Pública, Certificados.

### Bibliografia Básica

#### **Bibliografia Básica**

ARAÚJO, L. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

DAGNINO, E. Sociedade Civil e espaços públicos. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MEIRELLES, H. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

PIOVESAN, F. Direitos humanos, globalização econômica e integração regional: desafios do direito constitucional internacional. São Paulo: Max Limonad, 2002.

#### **Bibliografia Complementar**

ALVAREZ, S. Cultura política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

PIOVESAN, F. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. São Paulo: Max Limonad, 2002.

RESEK, J. F. Direito Internacional Público: curso elementar. São Paulo: Saraiva, 1998.

RUBARTH, E. A diplomacia brasileira e os temas sociais: o caso da saúde. Brasília: Instituto Rio Branco/ Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

SANTOS, W. Cidadania e Justiça. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

### Elaboração e Gestão de Projetos

Ementa: Planejamento e projeto. Habilidades de gerente de projetos. Ciclos e fases do projeto. Identificação de restrições. Planejamento de recursos e estimativas. Planejamento. Avaliação do risco e do retorno dos projetos. Análise de custos futuros gerados pelo projeto. Aceleração de projetos. Organização geral. Aplicação de técnicas de Gantt, CPM, PERT/TEMPO e PERT/CUSTO. Uso de software para gerenciamento de projetos.

#### **Bibliografia Básica**

COHEN, E. Avaliação de projetos sociais. Petropolis-RJ: Vozes, 2001.

CONTADOR, C. R. Avaliação social de projetos. São Paulo: Atlas, 1988.

HELDMAN, K. Gerência de projetos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MENEZES, L.C.M. Gestão de Projetos. São Paulo: Atlas, 2001.

VALERIANO, Dalton L. Gerência em Projeto. Makron Books. S. Paulo, 1998.

WOILER, S. Projetos: planejamento, elaboração, análise. São Paulo: Atlas, 1996.



### **Bibliografia Complementar**

BUARQUE, C. Avaliação econômica de projetos: uma apresentação didática. Rio de Janeiro: Campus, 1984.

MELNICK, Julio. Manual de projetos de desenvolvimento econômico (Nações Unidas). RJ: Unilivros, 1981.

SENGE, P.M. A quinta disciplina: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. – 7ªed. – São Paulo: Editora Best Seller, 1990.

### DISCIPLINAS ELETIVAS

#### **Relações Internacionais e Poder Local**

**Ementa:** O desenvolvimento e a cooperação internacional. O Global e o Local. Os atores da cooperação internacional: agências multilaterais, bancos de desenvolvimento, agências bilaterais. Temas emergentes da agenda internacional, tais como a governança urbana, a redução da pobreza, a segurança alimentar, os direitos humanos e a ação humanitária. Análise crítica do discurso e da prática das agências. Fórum Social Mundial versus Fórum Social Econômico.

#### **Bibliografia Básica**

IANNI, Octavio. *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MARCOVITCH, Jacques (org.). *Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão*. São Paulo: EDUSP.

MILANI, Carlos. *Governança Global, reorganização da política em todos os níveis de ação*. Série Pesquisas, Fundação Konrad Adenauer, 1999, n° 16, pp. 97-128.

MILANI, Carlos; ARTURI, Carlos e SOLINÍS, Germán (orgs.). *Democracia e Governança Mundial*. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2002, 295 p.

SOREANO PECEQUILO, Cristina. *Introdução às Relações Internacionais: Temas, Atores e Visões*. Petrópolis: Vozes, 2004.

#### **Bibliografia Complementar**

TEIXEIRA, Elenaldo. *O Local e o Global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez Editora, Salvador: UFBA, Recife: Equip, 2001, 224 p.



**Ementa:** As Organizações da Sociedade Civil: aspectos conceituais. Diferenciação entre os campos dos movimentos sociais, da ação caritativa/humanitária e da ação política (motivações, processo decisório, relações interorganizacionais). A economia solidária enquanto modalidade de gestão social: definição; fundamentos analíticos para a compreensão do tema. A economia solidária na prática: manifestação no contexto latino-americano e no Brasil; tipologia (comércio justo, finanças solidárias, economia sem dinheiro, empresas sociais). Metodologias e Casos.

### **Bibliografia Básica**

FRANÇA FILHO, G. C. (Org.) ; LAVILLE, Jean Louis (Org.) ; MEDEIROS, Alzira (Org.) ; MAGNEN, Jean Philippe (Org.) . AÇÃO PÚBLICA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA PERSPECTIVA INTERNACIONAL. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. v. 01. 326 p.

HUDSON, Mike. **Administrando Organizações do Terceiro Setor: o Desafio de Administrar sem Receita.** São Paulo: Makron Books, 1999.

KRAYCHETE, Gabriel et al. (org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia.** Petrópolis: Vozes (Capina/Cese/UCSal), 2000.

MOURA, Maria Suzana et al. Especificidades da Gestão de Empreendimentos na Economia Solidária - Breve Estado da Arte sobre o Tema. In: Encontro Latino Americano de Investigadores do Cooperativismo, 2004, São Leopoldo, 2004.

TENÓRIO, Fernando G. **Gestão de ONGs: principais funções gerenciais.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004, 8ª edição.

### **Bibliografia Complementar**

ALVES, Mário Aquino. Organizações do terceiro setor e suas(s) racionalidade(s). Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Administração, 26, 2002. Salvador, 2002.

ANDION, Carolina. As particularidades da gestão em organizações da economia solidária. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓSGRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 25., 2001, Campinas, 2001. Anais... 1 CD.

TENÓRIO, Fernando G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. Revista de Administração Pública (RAP), FGV-RJ, Vol.32, n.05, Set./Out. 1998.



## Incubação de Empreendimentos Sócio-produtivos ADPA 041

**Ementa:** Projetos de Incubação no Brasil: origem, conceitos, metodologias, possibilidades e limites. Incubadoras Universitárias. Modelos de Gestão e Incubação. Financiamento. Sistematização do Conhecimento.

### **Bibliografia Básica**

MEIRA, Ludmila. **A gestão de empreendimentos econômicos solidários: Olhares das ITCPs USP, UFRJ e UNEB (Dissertação de Mestrado)** Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração, 2005. Salvador. Bahia.

JUSTINO, Maria José. (Org.). **Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares: a experiência da UFPR.** Curitiba: UFPR/PROEC, 2002.

SINGER, P. Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.) **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** 2. Ed. – São Paulo: Contexto, 2003a. p.111-122.

### **Bibliografia Complementar**

OLIVEIRA, Luiz José Rodrigues de; DAGNINO, Renato Peixoto. As Fragilidades das Incubadoras Universitárias de Cooperativas no Brasil. In: **Jornada Latinoamericana de Ciência Tecnológica e Sociedade – ECOSITE, V, 2004, Toluca-México, Anais...**, Toluca, 2004.

SOUZA, Maria Carolina de Azevedo Ferreira de; AZEVEDO, Alessandra de; OLIVEIRA, Luiz José Rodrigues de; BALDEÓN, Naguyen Tufino. Incubadora Tecnológica de Cooperativas – ITCP x Incubadora de Empresas de Base Tecnológica - IEBT – Diferenças e semelhanças no processo de Incubação. In: **10th Latin-American Seminar of Technology Management.** Anais... México, 2003

## Direito Municipal ADPA 042

**Ementa:** Origem do Município. Teoria Geral da ação municipal. Autonomia. Organização do Município. O Poder Legislativo. O Poder executivo municipal. Competência Municipal. Meios de ação municipal: Servidores municipais, bens públicos municipais, Administração dos bens municipais, Finanças municipais, Serviços públicos municipais, Poder de Polícia Municipal. Política Urbana municipal. Controle das Funções Municipais. Responsabilidade de prefeitos e Vereadores.



### **Bibliografia Básica**

- BASTOS, E. C. (Coord.). **Novos Rumos da Autonomia Municipal**. São Paulo: Max Limonad, 2000.
- FERREIRA, W. J. **O Município à Luz da Constituição Federal de 1988**, Edipro, 1993.
- MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito municipal brasileiro**. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
- ARAÚJO, F. D. **Motivação e Controle de Ato Administrativo**, Belo Horizonte; Del Rey, 1992.
- SIGUIN, E. **Estatuto da cidade**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

### **Bibliografia Complementar**

- CASTRO, José Nilo. **Direito Municipal Positivo**. Belo Horizonte: Del Rey
- BRAZ, Petrrônio. **Direito Municipal Positivo**. 4ª ed. São Paulo: LED, 2001.
- SILVA, J. A. **O Município da Constituição de 1988**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

### **Gestão Ambiental e Sustentabilidade** ADPA 043

**Ementa:** A evolução da consciência ambiental. Novos padrões ambientais. Economia ambiental e aspectos regionais do meio ambiente no Brasil. Valoração ambiental e instrumentos econômicos para a gestão ambiental. Tomada de decisão ambiental na perspectiva pública. Sistema de gestão ambiental. Fundamentos de ecologia: princípios e conceitos. O meio ambiente como campo de conflitos sociais na defesa dos interesses difusos; as questões ambientais globais e acordos internacionais. O desenvolvimento sustentável: concepções e conceitos. As dimensões e os desafios do desenvolvimento sustentável. Agenda de desenvolvimento sustentável: agenda 21.

### **Bibliografia Básica**

- BUARQUE, S. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Gramond, 2002
- CAMARGO, A.L. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. Campinas: Papirus, 2003.
- JARA, C.J. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**. Recife: SEPLAN - PE, 1998.
- LITTLE, P (org). **Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências**. São Paulo: Petrópolis; Brasília, DF: IIEB, 2003;
- MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001;
- RIBEIRO, Helena; VARGAS; Helena Comin (orgs.). **Novos Instrumentos de Gestão Urbana**. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

### **Bibliografia Complementar**

- MENEGAT, Rualdo; ALMEIDA, Gerson. (orgs.) **Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades: estratégias a partir de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004;



PUTNAM, R.D.; LEONARDI, R.t; NANETTI, R.Y. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RAMOS, Maria Helena Rauta (org.). **Metamorfoses sociais e políticas urbanas.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002;

### Licitações e Contratos ADPA 044

**Ementa:** Licitação: noção geral, legislação e princípios. Modalidades. Concorrência. Tomada de preços. Convite. Concurso. Leilão. Pregão. Registro Cadastral. Registro de preços. Comissão de licitação. Fases do processo licitatório. Instauração ou abertura: o edital. Habilitação. Classificação. Julgamento. Homologação. Adjudicação. Dispensa e inexibilidade. Anulação e revogação da licitação. Controle da licitação. Recursos Administrativos. Tutela Penal. Contrato administrativo. Traços Distintivos entre o contrato administrativo e o contrato de direito privado. Direito Positivo: Normas constitucionais e legislação ordinária. Características dos contratos administrativos. Presença da administração pública como poder público. Finalidade pública. Obediência à forma prescrita em lei. Procedimento legal. Contrato de adesão. Natureza intuito personae. Presença de cláusulas exorbitantes. Exigência de garantia. Alteração unilateral. Rescisão unilateral. Fiscalização. Anulação. Contrato de obras. Contratos de serviço. Contrato de compra.

### **Bibliografia Básica**

CHIARADIA, B. **O Novo Código Civil e os Contratos Administrativos da Lei 8666/93.** São Paulo, Temas & Idéias, 2004.

JUSTEN F. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos.** Rio de Janeiro: Dialética, 2005

PEREIRA, J. **Manual de Gestão Pública Contemporânea.** 1ªed. Atlas, 2007.

TOLOSA F. **Pregão: uma nova modalidade de licitação.** Rio de Janeiro: Forense, 2003.

### **Bibliografia Complementar**

BANDEIRA M. **Curso de Direito Administrativo,** São Paulo: Malheiros, 2002.

CRETELLA JR. **Curso de Direito Administrativo,** Rio: Forense, 2001. DALLARI, Adílson Abreu. **Aspectos Jurídicos da Licitação.** São Paulo:Saraiva



## NEGOCIAÇÃO E ARBITRAGEM

Ementa: Noções gerais sobre ADR (Alternative Dispute Resolution). Noções gerais do conflito. Negociação: conceitos e princípios; o conflito; o negociador; o objeto; o lugar; os modelos e estilos; desenvolvimento da negociação; feedback. Arbitragem: retrospectiva histórica e o momento atual; conceito; a convenção e os tipos de arbitragem; o árbitro; a sentença arbitral.

### **Bibliografia Básica**

BAZERMAN, M.H. e NEALE, M.A. **Negociando Racionalmente**. Editora Atlas, 1995

BURDRIDGE, R.Marc. **Gestão da negociação**. São Paulo: Saraiva, 2005.

FISHER, Roger e URY, William. **Como chegar ao Sim**. Editora Imago, São Paulo, 1985.

LEWICKI, R.J. & LITTERER, J. Illinois. Irwin, 1985.

LITTLEJOHN, S.W. **Fundamentos teóricos da comunicação humana**. Editora Guanabara, Rio de Janeiro, 1988.

WATZGAWICK, P. et alli. **Pragmática da comunicação humana**. São Paulo, Cultrix, 1967.





UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO - PROGRAD

UNIDADE ACADÊMICA: Campus Arapiraca	
INTERESSADO Campus Arapiraca	
ASSUNTO: Projeto Pedagógico do Curso Administração Pública - Bacharelado	
PROCESSO Nº: 23065.013738/2010-68	
PARECER: 05 / 2010	AUTORIA: Coord. Cursos de Graduação - CCG

Objeto de análise, o Projeto Pedagógico do curso de Administração Pública Bacharelado apresentado como curso do Eixo Temático de GESTÃO, do Campus Arapiraca, apresenta o Currículo estruturado com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Administração, na Resolução CNE/CES 2, no Parecer CNE/CES 52/2007, que define uma nova estrutura e um novo formato para o funcionamento de campus fora da sede da Universidade Federal de Alagoas, no qual são contemplados **Eixos Temáticos e Troncos** e na Resolução N° 32/2005-CEPE, de 14/12/2005, no que diz respeito aos componentes curriculares apresentando adequações para o ordenamento curricular das disciplinas comuns aos cursos de formação de professores, diferente do que dispõe a referida Resolução.

- atende aos requisitos estabelecidos pela legislação em vigor para os cursos de graduação;
- foi devidamente aprovado pelo Conselho Provisório do Campus Arapiraca;
- contém elementos que necessitam de melhor definição, que não prejudicam a dinâmica do curso, sendo de competência do seu colegiado os ajustes possíveis e necessários bem como o acompanhamento dos mesmos;

Recomendamos o encaminhamento ao Conselho Universitário, para análise e legítima aprovação, com vistas a referendar sua implantação para o ano de 2010.

Maceió - AL, 14 de junho de 2010.

*Marcia Valeria Oliveira Gonçalves*  
Márcia Valéria Oliveira Gonçalves

Técnica em Assuntos Educacionais/UFAL/PROGRAD

*Ao Pró-Reitor*  
*Em 14.06.2010*

*Eiza Maria da Silva*  
Eiza Maria da Silva  
Coordenadora CCG/PROGRAD/UFAL

*A SECS,*  
*Para apreciação da*  
*Câmara Acadêmica.*  
*Em 15.06.2010*

*Anderson de Barros Dantas*  
Anderson de Barros Dantas  
Pró-Reitor de Graduação / UFAL  
Mat. 1350034